Demonstrações Contábeis

Companhia Transudeste de Transmissão

31 de dezembro de 2013 e 2012
com Relatório dos Auditores Independentes

COMPANHIA TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO

CNPJ: 07.085.630/0001-55

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transudeste de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2013, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

A Companhia

A Companhia Transudeste de Transmissão tem como objetivo social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2005, lote F - ANEEL, datado de 04 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 140 km de extensão, tendo origem na subestação de Itutinga, e término na subestação de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transudeste de Transmissão integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos e entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados por Furnas Centrais Elétricas S.A e CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transudeste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	31.12.2013	31.12.2012
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,94%	99,94%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Encerramos em 2013 o projeto intitulado “Estudo de Viabilidade do Desenvolvimento e Implantação de um Sistema de Detecção Corona em Isoladores Via Emissão Acústica” com a Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Industria – FUPAI onde obtivemos um resultado satisfatório e o protótipo do equipamento está em fase de teste operacional na Subestação de Araçuaí.

Ainda em 2013, a Cia Transudeste deu continuidade ao projeto “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira” referente à Chamada nº 013/2011, em parceria com a Cia Transirapé e a Cia Transleste, assinando o Termo de Compromisso entre as empresas cooperadas com o Grupo Furnas (proponente) e ato continuo, para darmos andamento ao projeto, a Transudeste assinou com a parceira executora CEI Solar Empreendimentos um convênio para o cumprimento do Plano de Tralho proposto por ela.

Projetos como este estão agendados em 2014, buscando inovações tecnológicas para fazer frente aos novos desafios do mercado na área de energia elétrica e a Cia Transudeste define em seus cronogramas e metas seus investimentos nesta direção.

Responsabilidade Socioambiental

Em sua Política Ambiental a Cia Transudeste mantém a preocupação com a questão ambiental, procurando minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente.

A sustentabilidade deste empreendimento foi baseada em programas ambientais e a ele damos continuidade, sob normas e critérios socioambientais, de maneira a estabelecer o correto equilíbrio entre as ações de engenharia de manutenção e a conservação socioambiental, visando principalmente à integridade de áreas que foram afetadas.

O Ofício Circular nº 002/2013/SFE/ANEEL de 03/09/2013 solicita e ressalta a importância da realização de campanhas regulares de esclarecimento à população no sentido de se evitar a prática de queimadas na proximidade de linhas de transmissão. Diante disso, a Cia Transudeste antecipou para o início do mês de agosto até setembro de 2013 ações, através dos Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social, junto da população local e aos seus trabalhadores envolvidos na manutenção da Linha de Transmissão Itutinga – Juiz de Fora. Aprimoramos e conscientizamos esta população local, atingida pela linha de transmissão, através do processo de sensibilização e mobilização dos mesmos como participantes ativos na transformação do meio em que estão inseridos.

Responsabilidade Socioambiental--Continuação

Com foco principalmente em Queimada, esclarecemos e conscientizamos estas populações que ficam próximas e ao longo da linha de transmissão, realizando palestras nas escolas de cada município atingido pela linha de transmissão com a distribuição de amplo material educativo (sacolas ecológicas, folders, camisetas e bonés). Através do programa de Comunicação Social, aleatoriamente, visitamos algumas propriedades informando a cerca do empreendimento e esclarecendo cada proprietário/posseiro dúvidas a respeito da linha de transmissão, sua importância, riscos e problemas que certas atividades oferecem quando praticadas próximas a ela, tornando-se assim, um relacionamento harmonioso entre a comunidade, a Cia Transudeste e o meio ambiente.

Contratamos, no mesmo período acima, uma das principais Rádios da região para a divulgação de 10 chamadas por dia de um “spot” educativo com audiência em todos os municípios por onde passa a linha de transmissão.

O objetivo do trabalho foi alertar a comunidade para os problemas ambientais que acontecem na região, promovendo conhecimento, habilidades, atitudes e competência individual e coletiva, voltados para a conservação dos recursos naturais e uma melhor qualidade de vida da população atingida pela linha de transmissão.

A continuidade de suas ações ambientais com a prevenção das prováveis interferências da vegetação em sua faixa de servidão e suas vias de acessos às torres faz da Cia Transudeste manter uma manutenção periódica de limpeza da faixa e conservação das vias de acessos com uma gestão de qualidade, realizando supressões seletivas na vegetação e na conservação permanente destas vias.

Através do seu contratado de O&M com a Cemig, a Transudeste mantém permanentemente controle sobre prováveis erosões dentro e no entorno da sua faixa de servidão com constantes inspeções aérea.

Quanto a ações sociais a Cia Transudeste continua investindo nos seus colaboradores com incentivo financeiro através da Educação Continuada, uma forma direta de qualificar o desenvolvimento profissional de cada um, subsidiando em cinquenta por cento do valor pago nas mensalidades em graduação, pós-graduação e línguas.

Desempenho econômico-financeiro

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC’s).

Desempenho econômico-financeiro--Continuação

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	REGULATÓRIO 31/12/2013	REGULATÓRIO 31/12/2012	SOCIETÁRIO 31/12/2013	SOCIETÁRIO 31/12/2012
Lucro Liquido	8.567	8.172	13.565	11.853
EBITDA	15.626	14.901	18.220	16.038

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e ao Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013 e 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais 3
Demonstração dos resultados 5
Demonstração dos resultados abrangentes 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstração dos fluxos de caixa 8
Notas explicativas às demonstrações contábeis 9

Edifício Phelps
Rua Antônio de Albuquerque, 156
10º andar - Savassi
30112-010 – Belo Horizonte, MG, Brasil

Tel: (5531) 3232-2100
Fax: (5531) 3232-2100
www.ey.com.br

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Transudeste de Transmissão
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transudeste de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

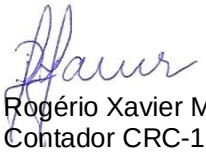
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transudeste de Transmissão em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte (MG), 27 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC-1MG080613/O-1

Companhia Transudeste de Transmissão

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**682**	711
Títulos e valores mobiliários	6	**2.855**	8.591
Contas a receber	7	**22.099**	20.979
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	**68**	79
Outros		**1.201**	1.221
Total do ativo circulante		**26.905**	31.581
Não circulante			
Contas a receber	9	**80.630**	79.146
Imobilizado		**5**	7
Intangível		**94**	96
Outros		**296**	10
Total do ativo não circulante		**81.025**	79.259
Total do ativo		**107.930**	110.840

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		**247**	113
Empréstimos e financiamentos	9	**2.901**	2.787
Dividendos a pagar	12	**-**	3.726
Tributos e contribuições sociais	8	**466**	753
Taxas regulamentares	10	**544**	598
Outros		**325**	475
Total do passivo circulante		**4.483**	8.452
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	**42.625**	44.958
Tributos diferidos	8	**3.101**	3.020
Taxas regulamentares	10	**184**	281
Outros		**-**	312
Total do passivo não circulante		**45.910**	48.571
Patrimônio líquido			
Capital social	12	**30.000**	30.000
Reservas de lucros		**27.537**	23.817
Total do patrimônio líquido		**57.537**	53.817
Total do passivo e patrimônio líquido		**107.930**	110.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração dos resultados
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Emm milhares de reais)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	14	**20.344**	19.001
Custo de operação			
Pessoal		**(221)**	(216)
Material		**(13)**	(1)
Serviços de terceiros		**(1.054)**	(1.075)
Taxa de fiscalização		**(81)**	(93)
Custo de construção		**-**	(788)
Outras		**(12)**	(17)
		(1.381)	(2.190)
Lucro operacional bruto		**18.963**	16.811
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		**(480)**	(478)
Material		**(10)**	(8)
Serviços de terceiros		**(245)**	(282)
Outras		**(45)**	(53)
		(780)	(821)
Resultado do serviço		**18.183**	15.990
Resultado financeiro			
Receita financeira	15	**473**	606
Despesa financeira	15	**(4.287)**	(3.924)
		(3.814)	(3.318)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**14.369**	12.672
Imposto de renda	13	**(475)**	(500)
Contribuição social	13	**(248)**	(255)
IR e CS diferidos		**(81)**	(64)
		(804)	(819)
Lucro líquido do exercício		**13.565**	11.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	**13.565**	11.853
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total do exercício	**13.565**	11.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				
	Capital Social	**Legal**	**Lucros a realizar**	**Lucros retidos**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2011						
Distribuição de dividendos – AGO	30.000	1.658	21.358	-	-	53.016
Lucro líquido	-	-	(8.235)	-	-	(8.235)
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	11.853	11.853
Reserva legal	-	593	-	-	(593)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(2.817)	(2.817)
Transferência para reservas de lucros	-	-	3.681	4.762	(8.443)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**30.000**	**2.251**	**16.804**	**4.762**	**-**	**53.817**
Distribuição de dividendos – AGO	**-**	**-**		**(4.762)**	**-**	**(4.762)**
Lucro líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**13.565**	**13.565**
Destinação do lucro líquido:				-		
Reserva legal	**-**	**678**	**-**	-	**(678)**	**-**
Dividendos	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.083)**	**(5.083)**
Transferência para reservas de lucros	**-**	**-**	**4.998**	**2.806**	**(7.804)**	**-**
				-		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**30.000**	**2.929**	**21.802**	**2.806**	**-**	**57.537**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**13.565**	11.853
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	**4**	4
Receitas de aplicação	**(360)**	(146)
Variações monetárias e cambiais líquidas	**4.191**	3.672
	17.400	15.383
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	**14**	40
Ativo financeiro indenizável	**(2.617)**	(2.054)
Tributos e contribuições sociais	**11**	(15)
Outros ativos	**(266)**	377
	(2.858)	(1.652)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	**134**	(29)
Tributos diferidos	**80**	63
Tributos e contribuições sociais	**(287)**	60
Taxas regulamentares	**(151)**	79
Outros passivos	**(462)**	188
	(686)	361
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**13.856**	14.092
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de títulos e valores mobiliários	**21.737**	41.172
Aplicações em títulos e valores mobiliários	**(15.640)**	(45.626)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**6.097**	(4.454)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	**(13.572)**	(21.031)
Emissão de debêntures	**-**	47.291
Amortização e pagamento de juros do financiamento	**(6.410)**	(35.197)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(19.982)**	(8.937)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(29)**	701
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	**711**	10
Saldo no final do exercício	**682**	711
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(29)**	701
Imposto de renda e contribuição social pagos	**1.033**	697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Companhia Transudeste de Transmissão foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 25 de outubro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de fevereiro de 2007.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão e por FURNAS Centrais Elétricas, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 005/2005, de 04 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora – 345 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão				
Número	**Prazo (anos)**	**Vigência até**	**RAP (*)**	**Índice de correção**
005/2005	30	04/03/2035	19.965	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.559/2013.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia autorizou a divulgação das demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2014.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo (Títulos e valores mobiliários)

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, risco insignificante de variação no seu valor de mercado e prazo de resgate inferior a 90 dias. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo (títulos e valores mobiliários) estão classificados como mantidos para negociação imediata e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado quando incorridos.

3.1.2. Contas a receber – ativo financeiro

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia classifica os saldos de Contas a receber – ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.2. Contas a receber – ativo financeiro--Continuação

As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada

item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

3.1.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.4. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculado pelo linear considerando o tempo da vida útil estimado dos bens.
A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL n°. 367, de 02 de junho de 2009.

3.3 Ativos intangíveis – Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

3.4 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2013 e 2012 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6 Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Tributação

3.9.1. Impostos sobre a prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 3,00%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00% e 7,65%;

Esses tributos são deduzidos das receitas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Correntes

A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Tributação--Continuação

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis. Caso contrário será registrado no circulante.

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.13. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

3.14. Benefícios a empregados (participação nos lucros)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão máxima permitida conforme acordo coletivo celebrado entre Cia e empregados, descrito neste acordo, a melhor forma de participação dos seus empregados nos resultados obtidos.

3.15. Taxas regulamentares

3.15.1. Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Taxas regulamentares--Continuação

3.15.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.15.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP.

3.16. Reconhecimento da receita

Receita de transmissão de energia elétrica

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de implantação da infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de concessão de transmissão
- Receitas dos ativos financeiros

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Reconhecimento da receita--Continuação

Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.19. Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

3.20. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes.

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo e passivo.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.22. Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.23. Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.24. Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento da infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.25. Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

3.26. Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.27. Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

4. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, passaram a vigorar em períodos iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.2. Pronunciamentos que ainda não estão em vigor em 2013

A seguinte norma foi emitida pelo IASB e aprovadas pela CVM mas não está em vigor para o exercício de 2013:

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e depósitos bancários a vista	**682**	711
	682	711

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2012	31/12/2012
Fundo de investimentos – livre	**2.855**	8.591
	2.855	8.591

Em 2013 refere-se ao Fundo de Investimento BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado com remuneração pós-fixada variando em torno de 96,63% a 108,63% do CDI.

7. Contas a receber – ativo financeiro

	31/12/2012	31/12/2012
Concessionárias e permissionárias - (7.1)	**2.093**	2.106
Ativo financeiro - (7.2)	**100.636**	98.019
	102.729	100.125
Ativo circulante	**22.099**	20.979
Ativo não circulante	**80.630**	79.146

7.1 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia .

7.2 Ativo financeiro

O contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica Nº 005 de 04/03/2005 celebrado entre a União – Poder Concedente e a Companhia Transudeste de Transmissão, regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser vertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

7. Contas a receber – ativo financeiro--Continuação

7.2 Ativo financeiro--Continuação

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor;

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	95.965
Remuneração do ativo financeiro	**17.434**
Custo de construção	**788**
Custo de concessão	**2.088**
Realização do ativo financeiro	**(18.256)**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**98.019**
Remuneração do ativo financeiro	**19.535**
Custo de concessão	**2.131**
Realização do ativo financeiro	**(19.049)**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**100.636**

8. Tributos e contribuições sociais

	31/12/2013	31/12/2012
Ativo circulante		
PIS/COFINS/CSLL – Lei 10.833/2003	**26**	21
IRRF a compensar	**42**	58
	68	79
Passivo circulante		
IRPJ	**182**	411
CSLL	**95**	175
COFINS	**142**	122
Outros	**47**	45
	466	753
Passivo não circulante		
IR e CS diferido (a)	**3.101**	3.020

(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31/12/2011	2.956
Imposto diferido reconhecido no resultado	64
Saldo em 31/12/2012	3.020
Imposto diferido reconhecido no resultado	**81**
Saldo em 31/12/2013	**3.101**

9. Empréstimos e financiamentos

	2013					2012
	Circulante			Não Circulante		
	Principal	Encargos	Total	Principal e encargos	Total	Total
Moeda Nacional						
Debêntures	**2.332**	**569**	**2.901**	**42.625**	**45.526**	47.745
	2.332	**569**	**2.901**	**42.625**	**45.526**	47.745

Os recursos contratados referente a Debêntures foram de R$ 47.500, emitidas em 14/11/2012 em espécie quirografárias, sem garantias. O prazo da operação é de 05 anos com vencimento em 14/11/2017 (05 anos), as amortizações e pagamentos de juros serão semestrais sendo o 1º pagamento em 14/05/2013. Quanto a remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 0,9875% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 2º ano da emissão.

Não existem cláusulas restritivas (covenants) para os contratos acima.

Os financiamentos objetivam melhor estruturação da implantação do sistema de transmissão de energia da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora.

Os vencimentos semestrais dos empréstimos e financiamentos pela emissão das debêntures a longo prazo são:

Período	Total Dívida
2015	9.933
2016	13.971
2017	18.721
	42.625

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	**47.745**
Provisões de juros	4.191
Juros pagos	(4.035)
Amortizações de principal	(2.375)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**45.526**

10. Taxas regulamentares

	31/12/2013	31/12/2012
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	**227**	316
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	**392**	451
Taxa de Fiscalização ANEEL	**109**	112
Total	**728**	879
Circulante	**544**	598
Não Circulante	**184**	281

11. Partes relacionadas

Contratos da fase operacional:

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Juiz de Fora contratado que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 de agosto de 2007.
- FURNAS para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Itutinga que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 agosto de 2007.
- CEMIG Geração e Transmissão para execução do compartilhamento de instalações relativo a SE de Juiz de Fora da LT Itutinga-Juiz de Fora.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2013 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R$ 157 (R$ 146 em 2012), composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social autorizado e integralizado era de R$ 30.000, representado por 30.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	
	2013	
	Integralizadas	% do capital
Transminas Holding S/A	12.299.998	40,999933%
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	7.199.999	23,999999%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	7.499.999	24,999999%
EATE	2.999.999	9,90007%
Conselheiros	5	0,099999%
	30.000.000	**100,000000**%

12. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucro

- Reserva legal

  É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de lucros a realizar

  Conforme a modificação introduzida pela Lei n° 11.638/07, o lucro do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei n° 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2013, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de lucros a realizar. O saldo dessa reserva refere-se à parcela dos lucros que ultrapassaram a parcela do lucro realizado, devido ao reconhecimento das receitas de concessão conforme ICPC 01(R1) Contratos de Concessão, e que será distribuído como dividendos quando for realizado.

- Lucros retidos

  Os lucros remanescentes são mantidos nesta conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia dos acionistas, para sua destinação.

c) Dividendos propostos

As demonstrações contábeis registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

Saldo de dividendos a pagar

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2011	13.705
Destinação AGO	**8.235**
Dividendos pagos no exercício	**(21.031)**
Dividendos mínimos obrigatórios	**2.817**
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2012	**3.726**
Destinação AGO	**4.763**
Dividendos pagos no exercício	**(8.489)**
Dividendos Intermediários exercício 2013	**(5.083)**
Reserva de Lucros Retidos do exercício 2013	**5.083**
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2013	**-**

13. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2013		31/12/2012	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita de concessão de transmissão	**2.131**	**2.131**	2.089	2.089
Receita de infraestrutura	**-**	**-**	788	788
Remuneração de ativos da concessão	**19.535**	**19.535**	17.434	17.434
Total da receita operacional	**21.666**	**21.666**	20.311	20.311
Ajustes decorrentes do ICPC	**(2.617)**	**(2.617)**	(1.799)	(1.799)
Receita operacional ajustada	**19.049**	**19.049**	18.512	18.512
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	**1.524**	**2.286**	1.480	2.221
Receitas financeiras	**473**	**473**	614	614
Base de cálculo	**1.997**	**2.759**	2.094	2.835
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total	**475**	**248**	500	255

a) Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

14. Receita operacional líquida

	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional		
Receita de concessão de transmissão	**2.131**	2.089
Receita de infraestrutura	**-**	788
Remuneração dos ativos de concessão	**19.535**	17.434
	21.666	20.311
Deduções da receita operacional		
PIS	**(124)**	(121)
COFINS	**(571)**	(554)
Quota para Reserva Global de Reversão – RGR	**(457)**	(463)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	**(170)**	(172)
	(1.322)	(1.310)
Receita operacional líquida	**20.344**	19.001

15. Resultado financeiro

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas Financeiras		
Variação cambial ativa empréstimos e financiamentos	**-**	75
Rendimentos fundo reserva	**33**	146
Rendimentos aplicação financeira	**440**	385
	473	606
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(4.228)**	(3.749)
Outras despesas financeiras	**(59)**	(175)
	(4.287)	(3.924)
Total do resultado financeiro	**(3.814)**	(3.318)

16. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

b) Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- Risco de crédito

  A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 357 usuários, com cláusula de garantia bancária.

- Risco de preço

  As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

- Risco de taxas de juros

  A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

16. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gestão de riscos--Continuação

- Risco financeiro

  A Companhia está em operação e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

c) Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

17. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro com a FAIRFAX SEGUROS CORPORATIVOS S/A em garantia de suas operações no montante total de R$ 7 relacionados a riscos nomeados com vigência de 24/05/2013 a 24/05/2014.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Companhia Transudeste de Transmissão

Conselho de Administração

José Lazaro Alves Rodrigues – Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Rodrigo Figueiredo Soria – Conselheiro

Lauro Sérgio Vasconcelos David – Conselheiro

João Procópio Campos Loures Vale - Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado – Diretor-técnico

Eduardo A.de Figueiredo – Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva Pereira
Contadora CRC N° MG-067247/0-2